
EDITORIAL

1. *Do actual contexto internacional parecem de relevar quatro fenómenos, de características muito diferentes, mas de potenciais consequências relevantes a prazo, e dois deles com apreciáveis reflexos para Portugal. São eles:*

- a potencial involução da situação na Rússia;*
- o acordo Israel-OLP;*
- a situação na Somália;*
- a evolução da África Austral.*

O desencanto popular com a situação no antigo Império soviético; a precaridade do poder das forças reformistas na Rússia, sem efectiva implantação em todo o território e nas empresas e na administração local; o ruir das pretensões da Ucrânia a uma real independência; a recuperação progressiva de alguns velhos «slogans» capazes de suscitar a mobilização popular e de muitas figuras dos «bons velhos tempos»; a reafirmação nos chamados ex-países de Leste, ainda que sob outras siglas, de antigos partidas ou correntes comunistas, indiciam uma tendência para uma progressiva reconstituição do antigo Império soviético, na sua territorialidade essencial, e para um retorno a formas de governo autoritárias, embebidas num ideário comunista certamente reformulado e, em qualquer caso, fortemente nacionalista, como nos tempos da Segunda Guerra Mundial e, no mínimo, altamente suspeito em relação ao Ocidente. A verificar-se tal evolução, é evidente que, mesmo sem um retorno expresso e ideológico à «guerra fria», a actual estrutura geopolítica mundial seria profundamente alterada e algumas teses optimistas que têm estado em voga entrariam em recessão.

O recente acordo Israel-OLP, ainda que incipiente, será certamente alargado a outras frentes (Síria, Jordânia, etc.) e aponta, no mínimo, a uma relativa pacificação da região e estabilização dum «modus-vivendi» entre Israel e os países árabes vizinhos. Uma substancial redução do conflito israelo-árabe (que era um factor de uma certa coesão do Mundo Árabe) pode, tanto paradoxalmente, levar a uma generalização e reforço de correntes radicalistas, que podem ameaçar os governos mais moderados e realistas. O reforço da sustentação desses governos ou movimentos, incluindo a do líder histórico da OLP, será certamente uma preocupação do mundo ocidental. Entretanto, com a diminuição da turbulência no Médio Oriente diminui, também, a importância estratégica actual de algumas posições portuguesas.

A situação na Somália está a transformar amigos em inimigos, confirma o forte apelo de um ideário nacional, mostra os limites de uma visão idealista da política, evidencia os custos dos erros na apreciação da situação estratégica e da adequação dos instrumentos militares ao serviço de políticas ambíguas, e coloca em risco o crédito da ONU na preservação da Paz. Tal conduzirá, certamente, a uma forte desaceleração da tendência para um maior protagonismo da ONU na realização das chamadas operações de «peace-keeping» e, com mais forte razão, nas de «peace-enforcement». Esta tendência pode, por um lado, propiciar uma maior proliferação de conflitos endógenos ou mesmo regionais, mas, por outro lado, a reduzir os riscos da sua internacionalização. A ser assim, o chamado «direito de ingerência», que tem vindo a ganhar corpo, regrediria novamente, pelo menos na sua expressão prática.

O futuro da África Austral continua de difícil previsão. Quer na RAS, quer em Angola ou Moçambique, parece tornar-se cada vez mais evidente que a raiz profunda dos conflitos ou posições é racial ou étnica, pelo que a pacificação e estabilização da região tenderá a passar pela criação de Estados federados, de forma expressa ou velada, para se evitar o desenvolvimento de movimentos seccionistas. Registe-se que o «apartheid», naturalmente sempre

condenado relativamente à RAS, é a solução que os negociadores internacionais recomendam para solucionar o problema da Bósnia...

2. No quadro nacional, crê-se que três situações potenciais devem ser objecto de permanente acompanhamento e atenção, pelos seus reflexos na segurança nacional:

- as ameaças à estabilidade e coesão social;*
- os riscos de xenofobia;*
- a possibilidade de um retorno maciço de portugueses da RAS e, em menor grau, de Macau.*

A crise económica, com os seus reflexos negativos no domínio da produção de riqueza, do emprego e noutros planos de satisfação social, conjugada com a crise específica da agricultura e, consequentemente, no mundo rural, bem como com uma certa agitação que se verifica na área estudantil, podem conduzir a estados de indisciplina social não enquadrados e propiciadores de comportamentos anárquicos e que podem afectar significativamente a ordem pública, conforme se tornou evidente num acontecimento recente.

A mesma situação favorece também a erupção de sentimentos de xenofobia, de que já tem havido pequenos afloramentos, mas que tenderão a agravar-se caso se não verifique um adequado controlo na entrada de estrangeiros. Têm sido tomadas, nos últimos meses, medidas significativas neste domínio, que oxalá se revelem atempadas e eficazes.

Finalmente, a forma como decorrerem a preparação e a realização dos actos eleitorais previstos na RAS, a relativamente curto prazo, e o modo como forem aceites os seus resultados, influenciarão, decisivamente, o comportamento da numerosa colónia portuguesa existente naquele país. Na melhor hipótese, é de admitir que, como medida cautelar e até um adequado esclarecimento da situação, muitos emigrantes se decidam pelo regresso dos familiares mais próximos e vulneráveis. Mas podem vir a

verificar-se situações mais gravosas. Embora mais diferidos no tempo, podem surgir também significativos fluxos migratórios de Macau.

Como é evidente, as três ameaças sucintamente referidas potenciam-se e podem dar origem a situações muito graves, de difícil controlo ou solução, num momento em que, para a última das hipóteses consideradas, será difícil encontrar alternativas externas.

3. Este é o último editorial da minha autoria e responsabilidade. À Revista desejo que encontre formas cada vez mais aperfeiçoadas de cumprir a sua missão; e, aos seus leitores, que nela encontrem elementos e estímulos que os ajudem a melhor compreender a realidade político-estratégica do Mundo que nos cerca e a problemática da defesa nacional.